GRUPO PARLAMENTAR

Intervenção do Deputado Bento Barcelos

Plenário de Setembro

Senhor Presidente

Senhoras e senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo Regional

Trago a este período antes da ordem do dia dois assuntos, um que é do conhecimento público e o outro não, que se revestem, assim creio, de interesse não só para a Ilha Terceira mas também para a Região.

O Governo Regional tem nos dois problemas todas as responsabilidades, mesmo que num caso esteja envolvida uma empresa pública, e depende essencialmente do Governo Regional a decisão, a acção, a competência, para resolver para o futuro estas situações, que prejudicam o desenvolvimento dos Açores, a sociedade, os açorianos ou quem se encontre entre nós.

Por vezes e neste caso tal se confirma, bastava e basta a capacidade de decidir a tempo, definir regras claras, fazê-las cumprir com competência e bom desempenho e exigir responsabilidade quando tal não aconteça.

No auge do Verão e em pura época de maior atracção turística, eis que os turistas e os promotores turísticos se deparam com o encerramento dos principais trilhos propiciadores dos passeios pedonais pelo interior da Ilha Terceira, que foram objecto de promoção turística de âmbito nacional e internacional feita pela Secretaria Regional da Economia, isto porque o Governo não diligenciou a limpeza, a conservação e a sinalização atempada desses trilhos, por forma a mantê-los em condições de acessibilidade e de segurança, para serem utilizados pelos turistas e

visitantes com apetência por este tipo de turismo, que está a crescer por esse Mundo fora e que nos Açores tem já um verdadeiro significado.

A questão do encerramento dos trilhos para passeios pedonais da Ilha Terceira e a ausência de documentação turística referente a este tipo de turismo tem de tal ordem significado que continua a despertar preocupações nas entidades privadas relacionadas com o turismo e as críticas dos turistas e identifica uma falta de cumprimento das responsabilidades que cabem ao Governo Regional.

De facto, após a realização de investimentos importantes em unidades hoteleiras e estando em curso a construção de outras unidades, nos Concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, quando se aposta no turismo como sector basilar para o desenvolvimento económico da Região e sendo visível que a Ilha Terceira está a fazer um esforço significativo nesse sentido, não é admissível que esteja vedado aos turistas com apetência e gosto pelo conhecimento do território, da geologia, da biologia, do ambiente e da ecologia, etc., o acesso aos passeios pedonais pelo interior da ilha percorrendo os trilhos existentes.

Não é aceitável, que tendo-se esgotado a documentação alusiva a estes percursos turísticos e à especificidade deste turismo, que possibilita um melhor conhecimento das nossas potencialidades e consequentemente funciona como um atractivo peculiar para a visita aos Açores, não tenha sido reposto o stock dos desdobráveis ou panfletos turísticos em questão, para a sua continuada disponibilidade e cedência aos turistas.

Não é também aceitável os argumentos apresentados pelo Secretário Regional da Economia na tentativa de justificar o encerramento dos trilhos, alegando ser uma situação transitória, ou porque está a ser feito um estudo dos trilhos na Região para a redefinição dos seus traçados, para garantir a integridade dos seus utilizadores, etc., etc.

Tudo isso e outras iniciativas complementares deverão e poderão ser feitas, mas não são desculpas competentes e credíveis para que os trilhos na Ilha Terceira, neste Verão de 2003, não estejam nas condições adequadas, no mínimo, nas que existiam nos anos anteriores. É a tentativa não conseguida de justificar o injustificável.

Dirigirem-se a esta ilha turistas, que propositadamente ou não, têm como objectivo visitar a ilha, desfrutá-la em termos turísticos, culturais, ambientais, incluindo no seu programa os passeios pedonais e não satisfazerem os seus planos, é desrespeitar a escolha destes turistas, é frustrar os seus objectivos, é negar um direito que têm, quando muitos deles, foram sensibilizados para virem à Ilha Terceira para fazerem estes passeios pelos trilhos existentes, que constituíram como disse objecto de oferta turística.

Aliás, foi o que aconteceu com uma equipa de professores e alunos estrangeiros, que visitaram a Terceira de propósito, para a conhecerem na vertente da investigação no âmbito das suas particularidades ambientais, geológicas, florestais, etc., o que desencadeou uma reacção pública visível e compreensivelmente justificável. Tal ficará triste e lamentavelmente gravado na memória destes visitantes, que passarão a outros as suas impressões, o que representa seguramente uma negação e um retrocesso ao esforço do desenvolvimento turístico que está em curso e que urge levar por diante.

Se nos anos transactos foi a Associação Espeliológica "Os Montanheiros" a entidade privada que cooperou com o Governo Regional no âmbito do Turismo, na realização da limpeza, manutenção e conservação dos trilhos, através da celebração de um protocolo que garantia essa prestação de serviços a troco de uma compensação financeira, no montante de 2250 € (450 contos), não se percebe que tal não se tivesse verificado no presente ano.

A Associação "Os Montanheiros", é a entidade que tecnicamente e no terreno melhor conhece estes percursos, alguns preparados pelos seus associados, de entre os quais se contam quadros técnicos ao nível do ambiente, da geologia, da biologia, etc., não só mantinha a limpeza e a conservação dos trilhos, mas também as marcações e a sinalética, aliás, entidade pioneira na Ilha Terceira na organização de passeios pedestres pelo interior e litoral da ilha, reunindo assim as condições exigidas para continuar a prestar esse serviço ao turismo e aos seus operadores.

Sabe-se que à Associação em causa não chegou qualquer proposta de protocolo, pelo que não se compreende se o problema foi a falta dos 2000 e tal euros, o que será inacreditável, ou se seria objectivo envolver outra qualquer instituição na prestação deste serviço.

Será uma questão de financiamento? Ou será uma questão de desgoverno?

Senhor Presidente

Senhoras e senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo Regional

Se a opção era encontrar novas parcerias, porque não se pensou envolver as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia, que têm mostrado ao longo dos últimos anos um grande interesse pelo desenvolvimento do turismo, através de investimentos realizados, da cooperação com outras entidades, de entre estas com o Governo Regional, no melhoramento e alindamento dos concelhos e das freguesias, pelo que também seria uma boa solução o envolvimento das autarquias locais na resolução deste problema.

Entendemos, que ainda para este ano turístico, é urgente que se faça a recuperação dos trilhos, por forma a minimizar esta grave lacuna e os prejuízos pessoais dos turistas e do turismo no seu todo, e o Governo Regional não terá outra saída senão a de pôr mãos à obra nesse sentido, já que o Governo e os seus serviços no âmbito do turismo, não podem, nem devem, deixar passar mais tempo sem uma iniciativa urgente para repor a normalidade desta oferta turística, que não invalidada que tome outras iniciativas de carácter mais estrutural quanto aos trilhos a nível da Região.

Com tudo isto, ficaram empresas de turismo e alguns turistas lesados, com consequentes prejuízos para o turismo no seu todo, ficou a má impressão pública do Governo não corresponder à oferta turística que foi divulgada pelo próprio Governo e foi dado um passo atrás na prática dos percursos naturais, dos trilhos natureza, com a agravante de a Região, em forma de remedeio, ir gastar muito mais dinheiro, em relação à solução praticada anteriormente.

Estou mesmo a ver os operários das obras públicas a fazerem esse trabalho, retirando-se de outros trabalhos para os quais estão mais habilitados e são da sua competência, estou mesmo a ver que poderão ser empresas de jardinagem ou do género a fazê-lo, o que, de certo, será tudo mais oneroso para o erário público e nunca reporá o atraso e os prejuízos de vária ordem verificados.

É lamentável que tudo isto tenha acontecido e esteja a acontecer.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores Deputados

Senhora e Senhores Secretários Regionais

Como referi, outra questão me trás a esta tribuna.

A nossa realidade arquipelágica dificulta a operacionalização dos mais diferentes serviços públicos e privados e por isso é preciso um contínuo esforço no sentido de tornar mais eficiente a prestação dos mesmos.

E há serviços, no âmbito da emergência, da saúde, da protecção civil, etc., que têm que primar pela rapidez, pela segurança, pela melhor operacionalidade.

Há poucos dias, o Centro de Saúde da Ilha Graciosa solicitou, com urgência, ao Hospital de Angra, duas unidades de sangue, ou seja, 1 litro de sangue.

O serviço de imunohemoterapia, mais conhecido por Serviço de Sangue, correspondeu ao solicitado e fez chegar ao aeroporto das Lajes a mala térmica contendo o sangue para ser despachado no primeiro voo da SATA para a ilha Graciosa.

Antes de mais, não é compreensível que seja o balcão de cargas a despachar, neste caso, uma mala térmica contendo sangue, que tem sempre um carácter urgente, balcão este que fecha às 17 horas nos dias úteis e está fechado nos fins de semana e todos os dias feriados ou santificados, bem como exigir-se que a mala térmica esteja uma hora antes da partida do avião, ou seja, se for solicitado o transporte de sangue com muita urgência e se o mesmo chegar ao balcão de cargas da SATA em cima da hora do voo, o transporte já não é feito.

Entendo, desde já, que é preciso que o Governo dê instruções à SATA, para aceitar excepções e este é, verdadeiramente, um serviço de urgência e de excepcionalidade, por forma a que o despacho possa ser feito no Balcão do Check-in em qualquer hora ou em qualquer dia desde que este esteja aberto e haja voos previstos.

Mas o mais caricato ainda, é que a mala térmica contendo as duas unidades de sangue não seguiu nesse voo, porque, pela primeira vez, segundo consta, foi solicitado pela SATA no preenchimento da carta de porte, o número de contribuinte do Hospital, informação que o funcionário não sabia e não a pode colher telefonicamente, tendo-se deslocado ao Hospital para o efeito e regressado ao Aeroporto para apanhar ainda o voo.

Mas, não obstante o avião estar ainda na placa, não transportou o sangue, que ficou retido no Aeroporto, sem o seu devido acondicionamento e sem o conhecimento do Hospital, que pensava que o sangue tinha seguido para a Graciosa. Só no dia seguinte é que o mesmo foi transportado, mas já não foi administrado ao paciente, por não se encontrar nas condições exigidas, tendo sido necessário devolvê-lo e repetir toda esta operação de transporte de sangue.

Senhores Secretários Regionais dos Assuntos Sociais e da Economia

Importa corrigir de imediato estas situações, por forma a que os serviços sejam competentes, eficientes e rápidos, mais ainda em questões de urgência médica e de saúde.

Não é admissível solicitar a doação de sangue, realizar consideráveis gastos com a sua obtenção e armazenamento, para a devido tempo e qualidade estar ao dispor dos clínicos e dos pacientes, e se perder tudo isto por inépcias, burocracias e desajustamentos funcionais.

Aqui fica pois o nosso alerta e o nosso apelo, para que sejam dadas orientações específicas a quem de direito, por forma a que situações desta natureza não se verifiquem.

GRUPO PARLAMENTAR

Horta, 18 de Setembro de 2003.

Disse,

Bento Barcelos